



ESPAÇO DAS ÁGUAS

Após Reuniões de Alocação de Água ANA e CBH PPA definem e publicam Termos de Alocação



Os Termos de Alocação são válidos por um ano e tem um caráter participativo com reuniões nos reservatórios que compõem a bacia

Após uma série de reuniões, a Agência Nacional de Água – ANA e o Comitê da Bacia Hidrográfica dos rios Piancó-Piranhas-Açu – CBH PPA definiram e publicaram os Termos de Alocação de Água de nove reservatórios que compõem a bacia, tanto no estado da Paraíba quanto no Rio Grande do Norte. As reuniões aconteceram nos meses de Junho e julho nos reservatórios Santa Inês, Curema – Mãe D'Água, Engº Avidos e Lagoa do Arroz na Paraíba; e ARG e Memdubim, Cruzeta, Itans, Marechal Dutra, Itans e Sabugi, no RN.

Para que o Termo de Alocação pudesse ser construído são necessário duas reuniões para cada reservatório. Na primeira, são realizadas as apresentações das condições hídricas dos reservatórios e debatidas as principais propostas. Já na segunda, são tomadas as decisões sobre a alocação de água no determinado reservatório. No intervalo entre as duas reuniões, os participantes discutem as propostas e os cenários que serão assumidas para a efetivação da Alocação da Água. Os Termos de Alocação são válidos por um ano.

dos por um ano.

Os participantes das reuniões são os principais interessados no sistema hídrico de cada reservatório da bacia, como por exemplo: agricultores, pescadores, irrigantes e representantes da sociedade civil, de instituições sindicais e governamentais. A partir dessas representações, são formadas as comissões de cada reservatório e são eleitos presidente e secretário.

A alocação de água é um proces-

so de gestão empregado para disciplinar os usos múltiplos dos recursos hídricos em regiões de conflitos, assim como em sistemas que apresentem alguma situação emergencial ou que sofram com estiagens intensas. Com caráter participativo, são realizadas reuniões nos locais afetados com a presença de órgãos gestores das águas, operadores de reservatório e representantes daquela comunidade para definir um planejamento especial para os usos e para a operação da infraestrutura hídrica.





Presidente do CBH PPA comenta importância das reuniões de Alocação



As reuniões de Alocação de Água contemplaram reservatórios da Paraíba e do Rio Grande do Norte

O Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica dos rios Piancó-Piranhas-Açu fez uma avaliação positiva ao final do período de reuniões de alocação de água que foram feitas em toda a bacia, compreendendo os estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba. Ele acredita que a alocação de água é uma das partes mais importantes do processo de gestão hídrica que acontece em toda a bacia.

“O trabalho das alocações de água talvez seja a parte mais importante da gestão sistematizada de recursos hídricos. Ao final de cada quadra chuvosa, a gente analisa quanto de água tem e, de forma, democrática, com todos os interessados fazemos o compartilhamento da água. A partir daí são escolhidas comissões que acompanham exatamente o cumprimento do que foi decidido na reunião”, destacou o presidente.

A alocação de água é um processo de gestão empregado para disciplinar os usos múltiplos em regiões de conflitos, assim como em sistemas que apresentem alguma situação emergencial ou que sofram com estiagens intensas. Com caráter participativo, são realizadas reuniões nos locais afetados, com a presença de órgãos gestores das águas, operadores de reservatório e representantes daquela comunidade, para encontrar soluções e alternativas para atender aos múltiplos usos.

“Como a gestão é muito dinâmi-

ca, evidentemente, que estas comissões podem pedir para aumentar ou diminuir as defluências dos reservatórios. Ou seja, elas podem ajustar a gestão, inclusive a cada época do ano e por razões específicas. É um exemplo na região do Pataxó, que os agricultores da ponta não estavam sendo atendidos e foi feita a solicitação para uma maior liberação de água na região”, explicou Varella.

As decisões tomadas são registradas no Termo de Alocação de Água (Resolução 46/2020) de forma a ajustar as outorgas vigentes e dar transparência ao processo. A Agência Nacional de Águas (ANA) tem importante papel como interlocutora entre os usuários e entidades envolvidas, no fornecimento de dados e

informações técnicas que são essenciais para melhor tomada de decisão. Para saber mais veja a Nota Técnica que estabeleceu uma metodologia para a alocação de água presencial e também a Nota Técnica que a ajustou para a utilização de mecanismos para alocação de água por videoconferências.

“O Comitê é um ser político, onde todos nós nos reunimos para o espírito mais profundo da Lei 9433. As reuniões de alocação tem também esse mesmo espírito e traduz o que essa Lei prevê, que é uma gestão integrada, descentralizada, participativa e que os usuários da bacia possam ser os verdadeiros donatários dos destinos das águas em nossa bacia”, concluiu o presidente.



Após aumento na vazão, Canal do Pataxó opera com 1200 L/S



O aumento da defluência foi realizado após aprovação na comissão de acompanhamento ao termo de alocação de água

A equipe do Instituto de Gestão das Águas do Estado do Rio Grande do Norte (Igarn), acompanhada por técnicos da Companhia de Águas e Esgotos do RN (Caern) e pelo representante da Comissão de Alocação de Águas, Ezequias da Silva, esteve na manhã desta quarta-feira (25) no Canal do Pataxó para realizar o aumento da vazão defluída no curso do Canal.

O aumento da defluência foi realizado após aprovação na comissão de acompanhamento ao termo de alocação de água do sistema hídrico Armando Ribeiro Gon-

çalves/Mendubim e autorização por parte da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).

De acordo com a comissão e a ANA, a vazão pôde ser aumentada para 1200 L/s, com verificação concomitante das suas condições operacionais, evitando vazamentos e risco à sua estrutura.

Ainda de acordo com o documento, nos próximos dias, caso seja necessário, será realizado o ajuste progressivo para atender demandas no Canal e no rio Pataxó, até a vazão máxima de 1500 L/s. Ser

realizada ainda uma fiscalização ostensiva do Canal e dos usos da água por ele atendidos por parte dos órgãos estaduais competentes.

Para o aumento da vazão de águas para o Canal do Pataxó a comissão e a ANA explicitou ainda a necessidade de recuperação imediata de vazamentos ou desvios existentes no Canal pelos órgãos competentes do Governo do Estado do Rio Grande do Norte (Semarh e Igarn), devendo articular parcerias com as prefeituras locais e os usuários beneficiados.

Nível das reservas hídricas do Rio Grande do Norte fecha 1º semestre com 49% da capacidade total

As reservas hídricas do Rio Grande do Norte fecharam o primeiro semestre com um volume de água de 49,5% da capacidade total. O dado consta no Relatório do Volume dos Principais Reservatórios Estaduais do Instituto de Gestão das Águas do RN (Igarn).

Ao todo, as barragens acumulam 2.168.706.703 m³ de água – a capacidade máxima é de 4.376.444.842 m³. O nível atual é menor se comparado com o mesmo período de 2020, quando as reservas estaduais

registravam 56,45% da capacidade total – equivalentes a 2.470.934.501 m³ de água.

O Igarn monitora 47 reservatórios, com capacidades superiores a 5 milhões de metros cúbicos, responsáveis pelo abastecimento das cidades potiguares.

A maior barragem do RN, a Armando Ribeiro Gonçalves, também está abaixo em comparação ao ano anterior: atualmente tem 58,36% da capacidade total – são 1.384.998.118 m³ de água. Em 2020, o reservatório estava com 65,67%

do volume total.

A barragem Santa Cruz do Apodi, segundo maior manancial do RN, por outro lado, acumula tem volume superior ao de 2020: atualmente está com 42,03% da capacidade total.

No mesmo período do ano passado, o reservatório estava com 35,29%. A barragem Umari, terceiro maior reservatório do RN, está com 71,3% da capacidade. Em junho do ano passado, o manancial estava 91,96%.



Instituições discutem Projeto Seridó em reunião na Semarh



O Projeto Seridó é um conjunto de sistemas adutores com interligações entre grandes reservatórios para garantir o suprimento de água

A Agência de Desenvolvimento Sustentável do Seridó (Adese), o Comitê da Bacia Hidrográfica dos rios Piancó-Piranhas-Açu e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte – Semarh reuniram os prefeitos dos municípios de Acari, Cruzeta e Currais Novos para a apresentação do Projeto Seridó, que vai interligar os municípios seridoenses através de adutoras para abastecimento hídrico. O objetivo da reunião foi informar aos gestores sobre o andamento do projeto que vai beneficiar a região seridoense.

“Tivemos a oportunidade de esclarecer alguns pontos do Projeto Seridó. Nós conversamos com a empresa Codevasf, que é a empresa que executa o projeto, para um reposicionamento no início do projeto. A Codevasf tomou a decisão de iniciar pela ala sul e nós tínhamos pactuado pela ala norte, onde estão os municípios de Acari, Cruzeta e Currais Novos. Então, chamamos os prefeitos para informa-los que a Semarh fez o pedido a Codevasf para reposicionar esse projeto. Os prefeitos prestaram o apoio a essa nossa decisão”, destacou o secretário.

De acordo com o prefeito de Acari, Fernando Antônio, “o projeto é a solução definitiva para a região do Seridó. Temos uma soma de esforços, várias parcerias para que tenhamos um fortalecimento da região do Seridó, através da segurança hídrica para os municípios que tanto tem sofrido com a escassez de água. Vamos continuar fortale-

cendo essa luta”, destacou ele.

Estiveram presentes também o Secretário da Semarh, João Maria Cavalcante; o Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu (CBH PPA), Paulo Varela; o diretor-executivo da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Seridó, José Vanderli; o segundo secretário do CBH PPA, Procópio Lucena; o secretário-adjunto da Semarh, Carlos Nobre; e os prefeitos de Acari, Cruzeta e Currais Novos, respectivamente, Fernando Antônio Bezerra, Joaquim de Medeiros e Odon Júnior.

O Projeto Seridó é um conjunto de sistemas adutores com interligações entre grandes reservatórios para garantir o suprimento de água para consumo humano e atividades produtivas.

Orçado em R\$ 280 milhões, pre-

vê a implantação de sete adutoras, que totalizam 300 km de extensão, assegurando sustentabilidade hídrica nos próximos 50 anos para o abastecimento humano e para perenizar os perímetros irrigados e açudes da região.

O Projeto Seridó integra mais um caminho importante para que a gestão de recursos hídricos seja feita com mais efetividade na bacia do Piancó-Piranhas-Açu. Será, sobretudo para o Seridó, uma redenção hídrica, a oportunidade para que possamos diminuir o sofrimento da população e, com isso, elevarmos o potencial econômico e social que a região dispõe. Com certeza, com mais potencial hídrico teremos uma sociedade mais fortalecida”, explicou Paulo Varela, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica dos rios Piancó-Piranhas-Açu.



Defluência da comporta do Açude Santo Antônio, em São João do Sabugi, foi reduzida e opera com 40 L/S



Membros da Comissão acompanharam tanto a redução na comporta do reservatório como realizaram visitas na calha do rio

A manobra no sistema hidráulico do reservatório Santo Antônio, reduzindo a defluência de 1003l/s para 40l/s, aconteceu na manhã desta quarta-feira (11/08). O serviço foi executado pelos técnicos do IGARN e acompanhado por membros do DNOCS e pelo Sr. Alex Sandro, membro da Comissão de Acompanhamento ao termo de alocação de água do sistema hídrico Sabugi, e por Emídio Gonçalves, Coordenador do Escritório de Apoio ao CBH PPA. A partir de agora, a vazão de 40l/s deverá permanecer de forma contínua até janeiro de 2022, em consonância com o Termo de Alocação de Água 2021/2022, recém aprovado.

A comporta havia sido aberta no dia 31 de agosto de 2021. Com essa liberação, foi possível atender as barragens ao longo da calha do rio Sabugi. As barragens atendidas foram as seguintes: Carrapateira, Bom Jesus, Santa Cruz, Sevi/Gilton, Barra da Cachoeira, Macambira, DNOCS e Vila II do Sabugi. Continua aguardando água as barragens de Lúcio Lucindo e Jorimar (Furnas), que devem ser abastecidas com o percurso natural das águas na calha do rio.

“Quanto a comporta do reservatório Carnaúba, ela continuará aberta até o dia 19.08.21 com uma vazão de 610 l/s, momento em que será reduzida para 25l/s conforme termo de alocação de água 2021/2022. Solicitamos, ainda, aos irrigantes ao longo rio Sabugi, que suspendam ao máximo possível

todas as irrigações por essa semana para permitir que essa água chegue às últimas 02 duas barragens de Lúcio Lucindo e Jorimar (Furnas)”, destacou Procópio Lucena, presidente da comissão.

Visita na calha do rio Sabugi

Membros da Comissão de Acompanhamento ao termo de alocação de água do Sistema Hídrico Sabugi visitaram a calha do rio Sabugi no dia 13/08. O objetivo da visita foi acompanhar o andamento da chegada das águas pelas barragens que estão localizadas no leito do rio, após a redução na defluência do açude Santo Antônio, em São João do Sabugi.

Acompanharam a visita o secretário da comissão, Alex Sandro Alves;

Odair Diniz e Jucelino Rodrigues, membros da comissão; e o coordenador do Escritório de Apoio ao Comitê da Bacia Hidrográfica dos rios Piancó-Piranhas-Açu, Emídio Gonçalves.

“É muito importante que os membros da comissão possam entender o que acontece na calha do rio para que a gente possa diminuir os conflitos que existem no sistema hídrico Sabugi”, destacou o secretário da comissão, Alex Sandro.

Depois da redução na defluência da comporta, o reservatório sabugiense está liberando uma vazão de 40 l/s e deve permanecer de forma contínua até janeiro do próximo ano em consonância com o Termo de Alocação de Água 2021-2022, que foi recém-aprovado.





Em Jardim de Piranhas, Governo do RN discute aumento no barramento dentro do Rio Piranhas



A ideia do Governo do RN é aumentar aproximadamente 20 centímetros, o que elevaria a capacidade de abastecimento da Caern

Representantes do Governo do RN realizaram visita no leito do rio Piranhas no dia 23/07 com o objetivo de discutir um aumento no nível do barramento já existente dentro do rio Piranhas, que fica embaixo da ponte do rio no município de Jardim de Piranhas. A ideia é aumentar aproximadamente 20 centímetros, o que elevaria a capacidade de abastecimento para os municípios de Caicó, Jardim de Piranhas, Timbaúba dos Batistas e São Fernando. A obra de elevação no nível ficará sob a responsabilidade da Companhia de Águas e Esgotos do RN, Caern.

“Já está acordado, a Caern vai elevar esse nível aqui na sacaria de Jardim de Piranhas, e esta cota de água vai ser mantida. Inclusive vamos incluir na sacaria um envelopamento de concreto para colocar uma tubulação com registro para fazer liberação de água nas comunidades a jusante dessa sacaria. Com esse serviço, vamos aumentar a capacidade de abastecer, a Caern vai fazer os estudos para saber qual é a melhor maneira de melhorar esse abastecimento”, explicou João Maria Cavalcanti, secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do RN.

Participaram da visita técnica o secretário estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, João Maria Cavalcanti; o presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica dos rios Piancó-Piranhas-Açu (CBH PPA),

Paulo Varella; o segundo secretário do CBH PPA, Procópio Lucena; e diretores da Companhia de Água e Abastecimento do Rio Grande do Norte – Caern.

“Nós temos um acordo com a Paraíba de que essas águas que vem do Açude Curemas não devem chegar até a Barragem de Oiticica e, por consequência, até a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves. Por isso, a visita técnica teve o objetivo de analisar como melhorar esse barramento aqui no rio de forma que a gente eleve o nível para não faltar águas nas cidades aqui do entorno, mas também não permita transferência de água do sistema Curema/Mãe D’Água para o Armando Ribeiro Gonçalves”, destacou o



presidente do CBH PPA, Paulo Varella.

Ainda de acordo com o presidente, é preciso que sejam cumpridos os acordos para que a gestão da água continue evitando os conflitos.

“Essa é a principal característica da gestão hídrica, ou seja, manter o que foi discutido e o que foi acordado entre as partes. A água é um bem de todos e, evidentemente, a falta de bem precioso vai causar conflitos e desentendimento. É por isso que neste caso do rio Piranhas é fundamental que possamos discutir e manter o que foi acordado entre as partes para que tenhamos uma boa relação entre os moradores desta bacia, que são os principais interessados”, finalizou.



Bacia do Piranhas-Açu agora tem cartilha e minuta de Lei para desenvolvimento de potencialidades agrícolas



O lançamento virtual integrou a programação da Semana do Meio Ambiente - SEMA 2021, coordenada pelo Governo do RN

O Governo do RN está dando um importante impulso ao desenvolvimento da potencialidade agrícola do Baixo-Açu e ao abastecimento de vários municípios e comunidades rurais da região.

Foi lançada a Cartilha Educativa do Projeto Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Bacia Hidrográfica do Piranhas-Açu / RN (MZPAS) e também foi apresentada uma Minuta do Projeto de Lei Estadual do Macrozoneamento do Piranhas-Açu.

O lançamento virtual integrou a programação da Semana do Meio Ambiente – SEMA 2021, coordenada pelo Governo do RN. Tanto a Cartilha quanto a Minuta da Lei resultam do investimento total de R\$ 3 milhões destinado ao trabalho de Macrozoneamento da bacia do Piranhas-Açu, que visa conciliar, através do planejamento e da gestão territorial, o desenvolvimento socioeconômico com a conservação ambiental na região.

De forma prática, estão previstas ações de combate a problemas como o despejo de esgoto sem tratamento, os barramentos irregulares, o desmatamento das margens, a erosão e o assoreamento do leito, tudo embasado em um Banco de Dados geroreferenciado para o RN e com treinamento técnico das secretarias envolvidas.

O trabalho foi coordenado pelo Projeto Governo Cidadão e pela Secretaria

de Estado dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente (Semarh), com recursos viabilizados pelo Projeto junto ao empréstimo estatal com o Banco Mundial.

“Estamos conciliando o avanço econômico e social aliado à proteção ambiental nessa região estratégica para o nosso estado, com tantas potencialidades, o que trará um grande retorno para o Rio Grande do Norte, em todas essas áreas”, disse o secretário de Gestão de Projetos e Metas do RN, Fernando Mineiro, coordenador do Governo Cidadão.

Consultora Ambiental do Governo Cidadão, Andrea Batista explicou que agora, “dois mil exemplares impressos da Cartilha serão entregues às prefeituras municipais, escolas e sociedade em geral e entidades que participaram das oficinas prévias para usos futuros do material no território da Bacia do Piranhas-Açu”

Contratada para elaboração do projeto de macrozoneamento, a Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos (COBRAPE), por meio do especialista Luís Christoff, ressaltou que a Cartilha reúne os principais resultados alcançados durante 23 meses de trabalho.

Robson Henrique Pinto da Silva, coordenador de Meio Ambiente e Saneamento da Semarh, destacou que “problemas ambientais comuns aos 45 mu-

nicipios potiguares inseridos na bacia do Piranhas-Açu agora têm um norte para a solução”.

As diretrizes prioritizadas para reverter esse diagnóstico negativo podem ser desdobradas em políticas públicas de alcance mais amplo, já que os entraves identificados se repetem em diversas localidades.

Com esse foco, uma Minuta de Projeto de Lei para aprovar os quatro níveis de zoneamento propostos pelo trabalho foi apresentada na ocasião. A elaboração da Minuta contou com o envolvimento de seis municípios e 300 cidadãos ouvidos em consultas públicas realizadas ao longo dos 23 meses.

A Bacia fica totalmente localizada no clima semiárido e tem 60% de sua área na Paraíba e 40% no Rio Grande do Norte. Percorre 147 municípios, sendo 45 deles, potiguares. Seu principal rio é o Piranhas-Açu, de domínio federal – pois nasce no município paraibano de Bonito de Santa Fé e segue por terras norte-rio-grandenses até desaguar no Oceano Atlântico.

É uma importante bacia para os dois Estados por abrigar a barragem Armando Ribeiro Gonçalves, maior reservatório de água do Rio Grande do Norte, e outros reservatórios considerados estratégicos para o desenvolvimento socioeconômico.



Centro de Tecnologia atenta para a preservação de Recursos Hídricos na bacia do Piancó-Piranhas-Açu



Os reservatórios compõem a paisagem nordestina e dão sustentação direta e indireta à segurança alimentar e hídrica

Um estudo de modelagem hidrológica com 50 reservatórios da bacia Piancó-Piranhas-Açu (PPA), realizado por integrantes do Programa de Pós-graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental (PPgESA) do Centro de Tecnologia (CT) da UFRN, mostrou que a adoção de regras cada vez mais restritivas à liberação de água, em geral, não gera um volume d'água maior nesses reservatórios. A pesquisa foi publicada em um periódico de recursos hídricos da Sociedade Americana de Engenheiros Civis (ASCE, sigla em inglês), o *Journal of Water Resources Planning and Management*, com o título *Yield-Evaporation-Spill Relationship in Semiarid Reservoirs under Different Operating Rules*.

Além da conclusão acerca da restrição na liberação de água, os pesquisadores também constataram que há um outro impacto negativo nos reservatórios, especificamente, na garantia do abastecimento humano e dessedentação animal. “Esse efeito se dá porque, em um nível de racionamento elevado, há aumento das perdas de água pelos processos de evaporação e eventuais vertimentos, que é a perda de água por extravasamento, conhecido como ‘sangria’ — devido ao caráter vital da água para os nordestinos”, explicam os autores do estudo

sobre reservatórios de água no semiárido.

Como método, a pesquisa analisou o trade-off (“troca”) entre o racionamento e a perda por evaporação e vertimento, o que foi avaliado a partir da modelagem do volume dos reservatórios analisados. O estudo foi realizado no âmbito do PPgESA, pelo mestrando Pedro Câmara, com orientação de Adelenia Maia, que é pesquisadora em manejo de bacias hidrográficas no Departamento de Engenharia Civil, e do professor Jonathan Mota, que tem experiências desenvolvidas em relação à modelagem hidrometeorológica no Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG), da Universidade de São Paulo (USP).

Além disso, a pesquisa teve financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), além de apoio dos dados obtidos com diversas instituições, tais como a Agência Nacional das Águas (ANA) e a Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte (Semarh).

Os autores da pesquisa também tiveram apoio do professor titular apo-

sentado da Universidade Federal do Ceará (UFC) José Nilson Bezerra Campos, que morreu no dia 7 de agosto de 2021. “Sua importante contribuição nas áreas de planejamento e gerenciamento de recursos hídricos e hidrologia do semiárido inspirou e deu alicerce científico para a elaboração deste trabalho”, declaram os pesquisadores.

Os reservatórios, popularmente chamados de açudes, compõem a paisagem nordestina e dão sustentação direta e indireta à segurança alimentar e hídrica a aproximadamente 60 milhões de nordestinos — o que representa quase 1/3 da população brasileira.

Essas bacias hidrográficas são relevantes para o sustento dos nordestinos que vivem em regiões com o clima semiárido, como é o caso do Rio Grande do Norte e da Paraíba. A bacia PPA, que serviu de objeto principal do estudo, localiza-se nesses estados. As chuvas que alimentam o reservatório se concentram praticamente em quatro meses do ano, de fevereiro a maio.

O gerenciamento adequado da água armazenada na região do semiárido tem sido, por muito tempo, um desafio para as instituições

Informativo do Comitê da Bacia Hidrográfica dos rios Piancó-Piranhas-Açu - Escritório de Apoio

Praça Dom José Delgado, 51 - A, 1º Andar - Paraíba, Caicó/RN (no prédio da Rádio Rural)

Fone: (84) 3417-2948 - (84)9.8896-1840
(84)9.8896-1839

Diretoria

Presidente: Paulo Lopes Varela
Vice-Presidente: Josué Diniz de Araújo
1º Secretário: Waldemir Fernandes de Azevedo
2º Secretário: José Procópio de Lucena

Direção de Jornalismo e Produção

Jornalistas responsáveis

Marcos Dantas
Geraldo Oliveira